

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2016.01.26

ASSUNTO: Proposta n.º 74-P/2016

«Aprovar a adoção das Medidas Preventivas para o Concelho de Sintra, no âmbito do processo de Revisão do PDM.»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 26 de janeiro de 2016.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Basílio Horta



Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

36

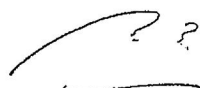
Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de Setembro, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 26.01.2016**

Proposta nº 74-P/2016, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 26 de janeiro de 2016.

O Presidente



Basílio Horfa

A Coordenadora do GAOM



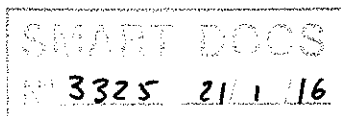
Helena Saraiva



PATRIMÓNIO IFUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt



PROPOSTA N.º 74 -P / 2016

Considerando que se encontram em curso os trabalhos de revisão do PDM, no âmbito da qual em 18.06.15 a Assembleia Municipal deliberou aprovar o Modelo de Desenvolvimento Territorial, pelo qual foram definidos os eixos estratégicos: 1) Preservação e valorização do Património e da Identidade; 2) Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas; 3) Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida; 4) Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva, para as quais se estabeleceram objetivos e medidas;

Considerando a entrada em vigor do novo quadro jurídico definido pela Lei nº31/2004, de 30 de maio, Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, bem como o Decreto-Lei nº80/2015, de 14 de maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, cujos princípios enformadores deverão ser vertidos no PDM em revisão, nomeadamente no que diz respeito à definição de um conjunto de normas relativas à disciplina do uso do solo, estabelecendo-se um novo paradigma no regime de classificação do solo e mantendo-se o PDM como quadro de referência estratégico a nível municipal e intermunicipal;

Considerando que neste contexto de evolução legislativa e tendo em consideração o atual estado de desenvolvimento dos trabalhos de finalização da proposta de revisão do PDM, é necessário acautelar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes no território que possam comprometer ou tornar mais onerosa a execução do plano;

Reunião de

26 JAN. 2016

Docto Agendado com o
Nº 36

Considerando ainda o estabelecido no art. 134º do Decreto – Lei nº 80/2015, de 14 de maio, RJIGT, que dispõe o seguinte:

“Em área para a qual tenha sido decidida a elaboração, a alteração ou a revisão de um plano de âmbito intermunicipal ou municipal podem ser estabelecidas medidas preventivas destinadas a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do programa ou plano de âmbito intermunicipal ou municipal.”

Considerando ainda que o estabelecimento de medidas preventivas podem consistir na proibição ou limitação de várias ações, nomeadamente urbanísticas, no território sobre o qual incidam, determinando nessa área a suspensão da eficácia do plano, sempre subordinadas ao respeito do princípio da necessidade e da proporcionalidade;


Considerando ainda que a proposta de medidas preventivas a adotar no Município de Sintra foi sujeita a parecer prévio da CCDRLVT, nos termos do disposto no art. 138º nº1 do RJIGT, tendo obtido parecer favorável de 20.01.16;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal que delibere:

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a adoção das Medidas Preventivas constantes do projeto em anexo, nos termos do disposto no art. 134º do RJIGT.

Paços do Concelho de Sintra, 21 de 01, de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra


Basílio Horta



MEDIDAS PREVENTIVAS PARA O CONCELHO DE SINTRA
NO ÂMBITO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Preâmbulo

Por deliberação da Assembleia Municipal de 25 de julho de 2012, foi iniciado o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra.

Os estudos setoriais e integrados de diagnóstico, já concluídos, possibilitou a análise sistemática com identificação, entre outras, de: (1) forças, como o património excecional, a existência de recursos naturais e a qualidade ambiental; (2) fraquezas, como a degradação da paisagem, ambiente e património; (3) ameaças, como riscos naturais e pressão urbanística.

Este processo tem sido acompanhado por uma Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, com envolvimento da sociedade civil e atores-chave dos diferentes setores, em sessões públicas, o que tem permitido enriquecer e contribuiu para a construção do modelo de desenvolvimento que preside ao aprofundamento dos trabalhos de revisão do PDM de Sintra.

Em 18 de junho de 2015, a Assembleia Municipal deliberou aprovar o Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sintra, doravante referido como MDT de Sintra, enunciando a visão para o concelho de Sintra: *"A obtenção de um território ordenado, harmonioso e diversificado que promova o desenvolvimento económico sustentável numa perspetiva integrada – população, economia e ambiente -, e a valorização dos espaços que o compõem reforçando a sua identidade e melhorando a qualidade de vida das populações"*.

Foram definidos os eixos estratégicos do PDM de Sintra: (1) *Preservação e valorização do Património e da Identidade*; (2) *Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas*; (3) *Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida*; (4) *Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva, para as quais se estabeleceram objetivos e medidas*.

O MDT de Sintra sintetiza políticas por unidades territoriais que partilham semelhanças e interdependências, identificando potencialidades específicas que deverão impulsionar um território mais competitivo e diversificado, e valorizou-se a existência da Estrutura Ecológica Municipal interligada com a Rede Ecológica Metropolitana, contribuindo para a valorização do território municipal e da região e seus ecossistemas.

Neste contexto e no atual grau de desenvolvimento dos trabalhos para finalização da proposta de revisão do PDM de Sintra, é necessário acautelar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam comprometer ou tornar mais onerosa a execução do

Reunião de

26 JAN. 2016

Doctº Agendado com o
Nº 36

plano, estando em risco a prossecução dos objetivos preconizados para os eixos estratégicos definidos no MDT de Sintra, visto que a edificação dispersa tem como efeito a maior pressão sobre recursos naturais, degradação da paisagem, e a exaustão de recursos públicos na dotação e manutenção de rede de infraestruturas e equipamentos.

Constitui o instituto jurídico das medidas preventivas, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território, o mais adequado à salvaguarda do processo de revisão do PDM de Sintra e à prossecução dos objetivos preconizados para os eixos estratégicos definidos no MDT de Sintra aprovado pela Assembleia Municipal. No território do Município não foram adotadas quaisquer medidas preventivas ou normas provisórias nos últimos quatro anos, conforme condicionado pelo art. 141º n.º5 do RJIGT.

A adoção de medidas preventivas tem como vantagens, desde logo, a salvaguarda de áreas necessárias proteger, quando se tratam de ecossistemas sensíveis, ou valorização de recursos naturais cuja contribuição para a economia assume especial relevância para o modelo de desenvolvimento concelhio.

Permitirá também a valorização do sistema urbano, precavendo a edificação dispersa e prossequindo os princípios de contenção urbana, rentabilização de infraestruturas e equipamento coletivos, e ainda de compactação da malha urbana e qualificação do espaço público. Princípios insertos no MDT de Sintra e na Lei de Bases das Políticas Públicas de Solos, Ordenamento do Território e de Urbanismo que importa prosseguir e assegurar.

O PDM de Sintra em revisão integra os princípios da política pública de ordenamento do território e de urbanismo, emanados pela lei de bases, e do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e seu desenvolvimento regulamentar, e os conceitos técnicos neste domínio fixados em diploma legal. Os trabalhos em desenvolvimento atendem ao solo urbano como o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado, dotados de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações.

Neste quadro, a adoção de medidas preventivas é determinante para alcançar o objetivo último de adequada classificação do solo, conforme enunciado no quadro legal referido, visando a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais.

Importa assim, proibir ou limitar determinadas operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, sempre na ponderação do princípio da proporcionalidade, que prejudiquem a prossecução do MDT de Sintra, aprovado pela Assembleia Municipal, e a sua consagração no futuro PDM de Sintra.

Assim, o Município de Sintra, por deliberação da Assembleia Municipal de determina o estabelecimento de medidas preventivas, nos termos e para os efeitos do estabelecido no artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), nos termos seguintes:

Artigo 1.º

Objetivos

As presentes medidas preventivas são estabelecidas no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra e visam evitar a alteração das circunstâncias e condições existentes que possam comprometer o processo de planeamento ou tornar mais onerosa a execução do Plano, nos termos e para os efeitos estabelecidos no artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Artigo 2.º

Âmbito territorial

As presentes medidas preventivas aplicam-se a toda a área geográfica do Município de Sintra, excetuando-se:

- a) A área dos seguintes planos territoriais de âmbito municipal, que se mantêm em vigor:
 - i. Plano de Urbanização da Serra da Carregueira;
 - ii. Plano de Pormenor da Área Central do Cacém;
 - iii. Plano de Pormenor de Salvaguarda do Bairro Almeida Araújo;
- b) A área de intervenção de planos territoriais de âmbito municipal em elaboração, cujo processo de discussão pública, nos termos do RJIGT, já tenha decorrido à entrada em vigor das presentes medidas preventivas;
- c) As Áreas Urbanas de Génese Ilegal validamente delimitadas nos termos do correspondente regime jurídico;
- d) As áreas com alvará de loteamento validamente emitido à entrada em vigor das presentes medidas preventivas.

Artigo 3.º

Planos territoriais

1. Mantêm-se em vigor o Plano Diretor Municipal de Sintra e o Plano de Urbanização de Sintra, em tudo o que nas presentes medidas preventivas não é proibido ou limitado.
2. Mantêm-se ainda em vigor e com plena eficácia, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra – Sado, bem como o Plano de Ordenamento de Sintra – Cascais.

Reunião de

26 JAN. 2016

Doctº Agendado com o
Nº 36

Artigo 4.º

Âmbito material

1. Na área geográfica objeto das presentes medidas preventivas são **proibidas** as seguintes ações:
 - a) Operações de loteamento de qualquer natureza, nos termos da alínea i) do artigo 2.º do regime jurídico da edificação e edificação (RJUE);
 - b) Obras de urbanização, nos termos da alínea h) do artigo 2.º do RJUE, e os trabalhos de remodelação de terrenos, nos termos da alínea m) do artigo 2.º do RJUE, em área não abrangida por operação de loteamento;
 - c) Operação urbanística que, de acordo com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Sintra em vigor (RMUECS), seja considerada como de impacte relevante ou semelhante a operação de loteamento, fora de perímetro urbano;
 - d) Trabalhos de remodelação de terrenos que impliquem a destruição do revestimento vegetal, a alteração do revestimento vegetal, a alteração do relevo natural e das camadas de solo arável ou o derrube de árvores de alto porte ou em maciço para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais ou mineiros, fora de perímetro urbano.
2. Na área geográfica objeto das presentes medidas preventivas as novas edificações, nos termos da alínea b) do artigo 2.º do RJUE, são **limitadas** às seguintes condições, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes das servidões e restrições de utilidade pública:
 - a) Em perímetro urbano, apenas são admitidas se cumprirem cumulativamente as seguintes condições:
 - i) Se localizem a menos de 25 metros de edificações existentes, construídas e licenciadas à data de entrada em vigor das presentes medidas preventivas;
 - ii) Sejam servidas de infraestruturas urbanas, nomeadamente arruamento pavimentado, redes de abastecimento de água e de escoamento de esgotos domésticos e fornecimento de energia elétrica;
 - b) Fora de perímetro urbano, apenas são admitidas se cumprirem cumulativamente as seguintes condições:
 - i) Se localizem a menos de 15 metros de edificações existentes, construídas e licenciadas à data de entrada em vigor das presentes medidas preventivas;
 - ii) Sejam servidas de infraestruturas urbanas, nomeadamente arruamento pavimentado, redes de abastecimento de água e de escoamento de esgotos domésticos e fornecimento de energia elétrica.
3. Na área geográfica objeto das presentes medidas preventivas as obras de ampliação, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do RJUE, são **limitadas** às seguintes condições, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis:
 - a) Em perímetro urbano, apenas são admitidas se não excederem 50% da edificação existente, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis;
 - b) Fora de perímetro urbano, apenas são admitidas se não excederem 20% da edificação existente, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis.
4. Exceção dos números anteriores:

- a) Todas as operações urbanísticas, ações e ou outras atividades de iniciativa municipal, e as relativas a infra-estruturas de serviços públicos, nomeadamente de telecomunicações e energia;
 - b) Todas as operações urbanísticas, ações ou outras atividades que, sendo da iniciativa pública ou privada, detenham comprovado interesse público devidamente reconhecido pela Câmara Municipal;
 - c) Obras de reconstrução, nos termos da alínea c) do artigo 2.º do RJUE;
 - d) Obras de alteração, nos termos da alínea d) do artigo 2.º do RJUE;
 - e) Obras de conservação, nos termos da alínea f) do artigo 2.º do RJUE;
 - f) Obras de demolição, nos termos da alínea g) do artigo 2.º do RJUE;
 - g) Obras de escassa relevância urbanística, nos termos da alínea l) do artigo 2.º e do artigo 6.º-A do RJUE e do RMUECS;
 - h) Operações urbanísticas, de qualquer natureza, em zona urbana consolidada, identificada nos termos da alínea o) do artigo 2.º do RJUE;
 - i) Operações urbanísticas isentas de controlo prévio, nos termos do artigo 6.º do RJUE e do RMUECS.
 - j) Operações urbanísticas resultantes do regime legal estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de Novembro, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis;
 - k) Operações urbanísticas de legalização de construções existentes, nos termos do artigo 102.º-A do RJUE, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis;
 - l) As intervenções de iniciativa pública ou privada, desde que sujeitas a controlo prévio por parte da entidade competente em matéria de recursos hídricos, que tenham por objetivo:
 - i) A regularização fluvial e o controlo de cheias;
 - ii) A prevenção ou correção dos efeitos da erosão de origem hídrica e do transporte e deposição de sedimentos, incluindo a proteção de margens;
 - iii) A beneficiação e requalificação das linhas de água degradadas e zonas envolventes;
 - iv) A implementação do POOC Sintra-Sado, em vigor, ou do Programa da Orla Costeira Alcobaca- Cabo Espichel, quando publicado;
 - v) A proteção costeira com vista à salvaguarda de pessoas e bens.
5. Ficam excluídas do âmbito de aplicação das medidas preventivas as ações validamente autorizadas antes da sua entrada em vigor, bem como daquelas em relação às quais exista já informação prévia favorável válida, projeto de arquitetura ou de loteamento aprovados.

Artigo 5.º

Entrada em vigor e âmbito temporal

As medidas preventivas entram em vigor no dia seguinte da sua publicação no Diário da República e caducam com a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal de Sintra, tendo como limite máximo dois anos, prorrogável por mais um, conforme o disposto no art. 141.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Reunião de

26 JAN. 2016

Docto Agendado com o
n.º 36

Assunto: Medidas preventivas para o concelho de Sintra a adotar no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra

Parecer:

Concordo.

*Ao Conselho de Sintra,
Seu Presidente a
submeter a deliberação dos
orgãos municipais, considerando
que foram já recolhidos
os pareceres prévios da
CCDR, APA e ICNF (em anexo).*

Despacho:

*1. Ponderar
2. Vender o Concelho
21/01/16
↗*

24/1/2016
De: Isabel Pinto dos Santos

Para: Exma. Srª Directora da DM-APG- Arq. Ana Queiroz do Vale

Tendo em consideração que a CMS procede à revisão do PDM de Sintra, no âmbito da qual em 18 de junho de 2015, a Assembleia Municipal deliberou aprovar o Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sintra, pelo qual foram definidos os eixos estratégicos do PDM, nomeadamente:

- I. Preservação e valorização do património e da identidade;
- II. Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas;
- III. Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida;
- IV. Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva, para as quais se estabeleceram objetivos e medidas.

Tendo ainda em consideração a entrada em vigor do novo quadro jurídico definido pela Lei nº 31/2014, de 30 de maio, Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de

Reunião de

26 JAN. 2016

Docto Agendado com o
Nº 36

Urbanismo, bem como o Decreto- Lei nº 80/2015, de 14 de maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, cujos princípios enformadores deverão ser vertidos no PDM em revisão, nomeadamente no que diz respeito à definição de um conjunto de normas relativas à disciplina do uso do solo, estabelecendo-se um novo paradigma no regime de classificação do solo e mantendo-se o PDM como quadro de referência estratégico a nível municipal ou intermunicipal.

Neste contexto e tendo em consideração o estado atual de desenvolvimento dos trabalhos para finalização da proposta de revisão, é necessário acautelar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes no território que possam comprometer ou tornar mais onerosa a execução do plano, considerando-se assim, oportuno a adoção de Medidas Preventivas, subordinadas ao princípio da necessidade e da proporcionalidade.

De acordo com o previsto no art. 134º nº1 do Decreto- Lei nº80/2015, de 14 de maio, RJIGT:

“Em área para a qual tenha sido decidida a elaboração, a alteração ou a revisão de um plano de âmbito intermunicipal ou municipal podem ser estabelecidas medidas preventivas destinadas a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do programa ou plano de âmbito intermunicipal ou municipal.”

No território do município não foram adotadas quaisquer medidas preventivas ou normas provisórias nos últimos quatro anos, conforme condição estabelecida pelo nº 5 do art. 141º do RJIGT.

As medidas preventivas devem ser limitadas aos casos em que fundamentadamente se preveja ou receie que os prejuízos resultantes da possível alteração das características do local sejam socialmente mais gravosas do que os inerentes à adoção daquelas, devendo-se ainda demonstrar a respetiva necessidade e as vantagens e inconvenientes de ordem económica, técnica, social e ambiental resultantes da sua adoção, art. 139º nº1 e nº2 do RJIGT, tendo para o efeito a DM-APG elaborado fundamentação técnica explanada no preâmbulo das Medidas Preventivas e na IP da Srª Diretora Municipal de Ambiente Planeamento e Gestão do Território, tudo em anexo à presente informação.

As Medidas Preventivas podem consistir na proibição ou limitação de várias ações, nomeadamente urbanísticas, no território sobre o qual incidam e determinam nessa área, a suspensão da eficácia do plano, art. 134º nº 4 e nº 2 do RJIGT.

Para os efeitos previstos nos considerandos supra expostos, foi elaborada proposta de Medidas Preventivas, sujeita a remessa de parecer da CCDRLVT, por despacho do Sr. Presidente de 08.01.16.

A CCDRLVT emitiu o seu parecer a 20.01.16, dando-se assim cumprimento ao disposto no art. 138º nº 1 do RJIGT.

De acordo com o previsto no art. 137º nº1 do RJIGT, em caso de plano municipal, compete à assembleia municipal aprovar as medidas preventivas sob proposta da câmara municipal.

Termos em que se propõe, caso superiormente se concorde com a presente proposta, a sua remessa a reunião da câmara para que este órgão delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Sintra a adoção das medidas preventivas melhor identificadas no documento em anexo, com posterior publicação em Diário da República e depósito na DGT.

Junta: Medidas preventivas, I.P. da DM-APG de 07.01.16 e parecer da CCDRLVT.

A Consideração Superior,

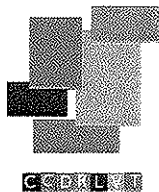
A Jurista


(Isabel Pinto dos Santos)

Reunião de

26 JAN. 2016

Doctº Agendado com o
Nº 36



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

1 | 2

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Sintra
Largo Dr. Virgílio Horta
2714-501 SINTRA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
	17 de janeiro de 2016	S00670-201601-P 16.150.10.50.00001.2016	20-01-2016

ASSUNTO: **Medidas Preventivas no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Sintra - versão de 17 de janeiro de 2016**

Respondendo à v/ solicitação de 17 de janeiro p.p., foi já feita a análise à Proposta de estabelecimento de Medidas Preventivas no âmbito da Revisão do PDM de Sintra, retificada, verificando-se que foi acautelada a maioria dos reparos feitos à anterior versão.

A apreciação incidiu sobre a verificação do cumprimento das disposições legais aplicáveis, particularmente do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), bem como sobre a articulação com outros instrumentos de gestão territorial que recaem na área do concelho de Sintra.

Sobre o cumprimento das disposições legais aplicáveis haverá apenas a referir, que o parecer da CCDR-LVT, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 138.º do RJIGT é posterior à deliberação do executivo camarário sobre a proposta de adoção de medidas preventivas. É esta deliberação que marca o início do procedimento. Esta matéria encontra-se aliás melhor explicitada no Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro, pela Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho - a qual estabelece no seu artigo 33.º as competências materiais da câmara municipal, no artigo 34.º quais as matérias passíveis de delegação pela câmara no seu presidente, e no artigo 35.º as competências do presidente da câmara municipal. Nesse sentido, a apreciação que agora se transmite constitui um parecer prévio à Proposta remetida a 17 de janeiro p.p..

Sobre a articulação da Proposta apresentada com os instrumentos de gestão territorial que incidem sobre o concelho, considera-se necessário, tal como referido na reunião, esclarecer sobre a vigência do PU Rinchoa Poente e do PP de um terreno Camarário em Manique de Cima, não contemplados nas exceções indicadas no artigo 2.º das medidas preventivas apresentadas, mas incluídos na listagem do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

Rua Alexandre Herculano, 37 - 1250-009 Lisboa
Rua Zeferino Brandão - 2005-240 Santarém
Rua de Camões, 85 - 2500-174 Caldas da Rainha

www.ccdr-lvt.pt · geral@ccdr-lvt.pt

Tel. 213 837 100 · Fax 213 837 192
Tel. 243 323 976 · Fax 243 323 999
Tel. 262 841 981 · Fax 262 842 537

26 JAN. 2016

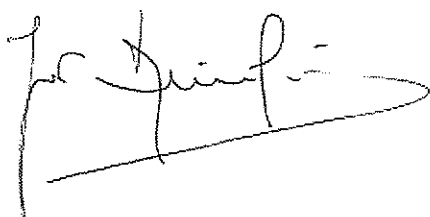
Doctº Agendado com nº
Nº 36

Relativamente aos dois planos especiais que abrangem áreas do concelho, designadamente o POOC Sintra Sado e o PO do Parque Natural Sintra Cascais, foram promovidas as consultas à APA e ao ICNF, anexando-se as apreciações feitas, que deverão ser tidas em conta no desenvolvimento do processo.

Face ao exposto, e ponderados estes aspetos, considera-se que a Proposta agora apresentada está em condições de ser submetida a deliberação da Câmara Municipal e posteriormente remetida a esta CCDR-LVT, acompanhada da deliberação, para emissão do parecer no âmbito do n.º 1 do artigo 138.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT).

Com os meus cumprimentos

O Presidente



João Pereira Teixeira

Anexo: o citado

De: **Carlos Pina** carlos.pina@ccdr-lvt.pt
Assunto: FW: PDM Sintra - medidas preventivas
Data: 20 de Janeiro de 2016 às 18:36
Para: Ana Isabel Queiroz do Vale ana.vale@cm-sintra.pt
Cc: leonor.cintra@ccdr-lvt.pt



Carlos Pina
Diretor de Serviços do Ordenamento do Território



Rua Alexandre Herculano, 37
1269-053 Lisboa

T: +351 213 837 100
F: +351 213 837 192
carlos.pina@ccdr-lvt.pt
<http://www.ccdr-lvt.pt/>



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

De: Isabel Maria Guilherme [mailto:isabelm.guilherme@apambiente.pt]

Enviada: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 15:30

Para: carlos.pina@ccdr-lvt.pt

Cc: leonor.cintra@ccdr-lvt.pt; margarida.cucharra@ccdr-lvt.pt; isabel.garcia@ccdr-lvt.pt; 'Presidencia'; Gabriela Moniz; Elsa Guerra; Susana Firmo

Assunto: FW: PDM Sintra - medidas preventivas

Sr. Dr. Carlos Pina

Boa tarde

Em resposta ao pedido de pronúncia relativo às medidas preventivas do concelho de Sintra, considera-se ser de efetuar uma alteração à proposta enviada, no sentido de acautelar intervenções no âmbito das atribuições desta entidade, com o objetivo de salvaguarda de pessoas e bens, relacionada com riscos costeiros e linhas de água.

Nesse sentido, propõe-se a inclusão de mais uma alínea de exceção no n.º 4 do Artigo 4.º - Âmbito material, com a seguinte redação:

I) As intervenções de iniciativa pública ou privada, desde que sujeitas a controlo prévio por parte da entidade competente em matéria de recursos hídricos, que tenham por objetivo:

- i. a regularização fluvial e o controlo de cheias;
- ii. a prevenção ou correção dos efeitos da erosão de origem hídrica e do transporte e deposição de sedimentos, incluindo a proteção de margens;
- iii. a beneficiação e requalificação das linhas de água degradadas e zonas envolventes;
- iv. a implementação do POOC Sintra-Sado, em vigor, ou do Programa da Orla Costeira Alcobaca - Cabo Espichel, quando publicado;
- v. a proteção costeira com vista à salvaguarda de pessoas e bens.

Os meus cumprimentos

Isabel Maria Guilherme

Chefe de divisão

Divisão de Planeamento e Informação

Administração Regional Hidrográfica do Tejo e Oeste

Reunião de

26 JAN. 2016

Docº Agendado com o
Nº 36



Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
Ap.7585 | 2610-124 Amadora | Portugal
Telefone: (+351) 21 472 82 00 | Fax: (+351) 21 471 90 74
isabelm.guilherme@apambiente.pt

Proteja o ambiente. Pense se é mesmo necessário imprimir este email!

De: Isabel Maria Guilherme

Enviada: 19 de janeiro de 2016 17:02

Para: 'Carlos Pina' <carlos.pina@ccdr-lvt.pt>

Cc: leonor.cintra@ccdr-lvt.pt; margarida.cucharra@ccdr-lvt.pt; isabel.garcia@ccdr-lvt.pt; Gabriela Moniz <gabriela.moniz@apambiente.pt>; Elsa Guerra <elsa.guerra@apambiente.pt>; Susana Firmo <susana.firmo@apambiente.pt>

Assunto: RE: PDM Sintra

Caro Dr. Carlos Pina

Relativamente a este assunto, apenas para informar que estamos a analisar, com vista à satisfação do prazo proposto.

Cumprimentos

Isabel Maria Guilherme

Chefe de divisão

Divisão de Planeamento e Informação

Administração Regional Hidrográfica do Tejo e Oeste



Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
Ap.7585 | 2610-124 Amadora | Portugal
Telefone: (+351) 21 472 82 00 | Fax: (+351) 21 471 90 74
isabelm.guilherme@apambiente.pt

Proteja o ambiente. Pense se é mesmo necessário imprimir este email!

De: Carlos Pina [<mailto:carlos.pina@ccdr-lvt.pt>]

Enviada: 18 de janeiro de 2016 09:49

Para: 'Maria Jesus Silva Fernandes' <Jesus.Fernandes@icnf.pt>; 'Ana Lúcia Freire' <Ana.Freire@icnf.pt>; Gabriela Moniz <gabriela.moniz@apambiente.pt>; Isabel Maria Guilherme <isabelm.guilherme@apambiente.pt>; Elsa Guerra <elsa.guerra@apambiente.pt>
~~Cc: leonor.cintra@ccdr-lvt.pt; margarida.cucharra@ccdr-lvt.pt; isabel.garcia@ccdr-lvt.pt;~~

cc: leonor.cunha@ccdr-lvt.pt, margarida.cedunha@ccdr-lvt.pt, isabel.garcia@ccdr-lvt.pt,

'Presidencia' <presidencia@ccdr-lvt.pt>

Assunto: FW: PDM Sintra

Importância: Alta

Bom dia,

Na sequência de uma solicitação dirigida a esta CCDR pela CM Sintra, que pretende fazer aprovar medidas preventivas para a totalidade do município, encaminhamos a proposta de medidas preventivas solicitando a vossa pronúncia até ao próximo dia 20/01/2016. A CM aditou um articulado, onde exclui das medidas preventivas os Planos Especiais em vigor no município.

Com os melhores cumprimentos,

Carlos Pina
Diretor de Serviços do Ordenamento do Território



Rua Alexandre Herculano, 37
1269-053 Lisboa

T: +351 213 837 100
F: +351 213 837 192
carlos.pina@ccdr-lvt.pt
<http://www.ccdr-lvt.pt/>



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

De: Ana Isabel Queiroz do Vale [<mailto:ana.vale@cm-sintra.pt>]

Enviada: domingo, 17 de Janeiro de 2016 11:04

Para: Joao Teixeira; Carlos Pina

Cc: Ana Isabel Queiroz do Vale; Tiago Mealha Costa Forjaz Trigueiros; Isabel Maria Pinto Santos

Assunto: Re: PDM Sintra

Importância: Alta

Ex.mo Senhor Presidente da CCDR-LVT,

Tendo em consideração a apreciação transmitida pela vossa comunicação eletrónica de 14/1 e a reunião havida nessa Comissão a 15/1, para concertação de posições quanto à apreciação efetuada por essa entidade às medidas preventivas propostas por esta Câmara no âmbito da revisão do PDM, remetemos em anexo o articulado revisto, conforme acordado na conferência de concertação, em concreto:

- Quanto à suspensão da vigência do PDM de Sintra, foram prestados os devidos esclarecimentos, tendo-se eliminado a anterior redação do n.º 2, por se considerar redundante, considerando o já disposto na alínea a) do artigo 2º, mantendo-se no entanto o n.º 1 do art. 3º.
- Foi retirada a alínea e) e f) do art. 4º com vista à clarificação da distinção entre as ações proibidas e das limitadas.
- Foi indicada, com expressa menção no preâmbulo, que não existiram medidas preventivas ou normas provisórias nos últimos quatro anos para qualquer área territorial do município.

Reunião de

No que se refere à necessidade de realização de conferência procedimental, prevista no art. 61.º do

Docº Agendado com a
Nº 36

RJIGT, é entendimento deste município que dada a natureza e âmbito material das medidas propostas, a mesma não se afigura necessária, porquanto os “eventuais interesses” a ponderar com a consulta ao ICNF e da APA encontram-se plenamente assegurados com a total manutenção da vigência dos Planos especiais tutelados por aquelas entidades, inexistindo assim, colisão de interesses entre as medidas preventivas propostas e os planos em plena eficácia.

É nossa opinião, em abono do princípio da economia processual, ser desnecessária tal diligência meramente facultativa, e mesmo contrária aos princípios da desburocratização e adequação.

Para total clareza foi aditado um novo n.º 2 ao art. 3º, para expressamente manter em plena eficácia os planos especiais em causa - POOC e POPNSC.

Por último relembramos que por ofício de 14.09.15 (em anexo) este município declarou que é sua intenção proceder à transposição no âmbito do atual processo de revisão do PDM em curso, pretendendo avaliar durante o ano de 2016, tendo em consideração o desenvolvimento dos trabalhos de revisão, a eventual necessidade de processo autónomo para esse fim. O que agora reiteramos.

Em face dos considerandos supra expostos, reiteramos assim a necessidade do vosso parecer até às 15h do próximo dia 21 (via eletrónica/digital), para conclusão do processo com remessa a deliberação do executivo municipal.

Com elevada estima e consideração, apresento os meus melhores cumprimentos, agradecendo antecipadamente toda a colaboração que essa Comissão tem prestado ao município de Sintra.

Ana Queiroz do Vale

Directora Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território

Câmara Municipal de Sintra

Praça D. Afonso Henriques - SINTRA

T: +351 219247038

F: +351 219247072

ana.vale@cm-sintra.pt

De: Carlos Pina carlos.pina@ccdr-lvt.pt
Assunto: FW: PDM Sintra
Data: 20 de Janeiro de 2016 às 18:36
Para: Ana Isabel Queiroz do Vale ana.vale@cm-sintra.pt
Cc: leonor.cintra@ccdr-lvt.pt



Carlos Pina
Diretor de Serviços do Ordenamento do Território



Rua Alexandre Herculano, 37
1269-053 Lisboa

T: +351 213 837 100
F: +351 213 837 192
carlos.pina@ccdr-lvt.pt
<http://www.ccdr-lvt.pt/>



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

De: Ana Lúcia Freire [mailto:Ana.Freire@icnf.pt]
Enviada: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 23:24
Para: carlos.pina@ccdr-lvt.pt
Cc: leonor.cintra@ccdr-lvt.pt; Maria Jesus Silva Fernandes
Assunto: FW: PDM Sintra
Importância: Alta

Bom dia Dr. Carlos Pina

No âmbito das competências adstritas ao ICNF e em resposta à solicitação sobre a pronúncia acerca do documento enviado pela CMS e referente às Medidas Preventivas para o Concelho de Sintra no Âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, no qual encontra-se expresso que se mantém em vigor, e com plena eficácia, o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais e que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 1-A/2004 de 8 de Janeiro.

No entanto salvaguarda-se o seguinte :

- O Concelho de Sintra é abrangido, parcialmente, pelo Sítio de Importância Comunitária Sintra – Cascais, integrado na Rede Natura 2000 (Decreto-Lei n.º 140/99 de 24-04, alterado pelos Decretos-Lei n.º 49/2005 de 24-02 e 156-A/2013 de 08-11) e que extravasa a Área Protegida do PNSC. Neste âmbito e aplicável às entidades públicas, encontra-se em vigor o Plano Setorial da Rede Natura 2000, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21/07.
- O Concelho de Sintra integra áreas com relevante importância ao nível do património geológico a salvaguardar, dos quais se refere o Monumento Natural de Carenque, criado ao abrigo do Decreto n.º 19/97 de 5 de maio.

Por outro lado informa-se que os sítios da Granja dos Serrões e de Negrais detêm um reconhecido valor científico, educativo, estético e cultural, sendo que o processo de reclassificação para Monumentos Naturais previsto na alínea e) do nº2 do art.º 49º do Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 242/2015 de 15 de Outubro, foi elaborado e objeto de Discussão Pública (Aviso nº 20948/2010), cujo desfecho ainda não foi dado a saber, sendo por isso premente considerar a sua salvaguarda em sede das Medidas Preventivas para o Concelho de Sintra no Âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal

Refira-se ainda que embora no n.º 2 do artigo 43.º se refere que "As áreas protegidas das seguintes

Reunião de
26 JAN. 2016
Depto. Agendado com o
n.º 36

tema-se ainda que embora no n.º 2 do artigo 4.º tenha que "na área geográfica das presentes medidas preventivas as novas edificações,, são limitadas às seguintes condições, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis", considera-se que se deve alertar para o cumprimento dos seguintes:

- Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho alterado pelo Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, nomeadamente o artigo 16º, relativamente às restrições novas edificações;
- Decreto-Lei n.º 169/2001 referente às espécies protegidas (sobreiro e azinheira) - obrigatoriedade de cumprir para todas as classes de espaço de ordenamento do PDM);
- Decreto-Lei n.º 55/2007 de 12 de março, relativamente às restrições impostas, nas áreas de povoamentos florestais percorridos por incêndios.

Com os meus cumprimentos,

Ana Lúcia Freire

Chefe de Divisão

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo

Praça da República - 2900 - 587 SETÚBAL

T: +351 265 541 140 - F: +351 265 541 155

www.icnf.pt

De: Carlos Pina [<mailto:carlos.pina@ccdr-lvt.pt>]

Enviada: segunda-feira, 18 de Janeiro de 2016 09:49

Para: Maria Jesus Silva Fernandes; Ana Lúcia Freire; 'Gabriela Moniz'; 'Isabel Maria Guilherme'; 'Elsa Guerra'

Cc: leonor.cintra@ccdr-lvt.pt; margarida.cucharra@ccdr-lvt.pt; isabel.garcia@ccdr-lvt.pt; 'Presidencia'

Assunto: FW: PDM Sintra

Importância: Alta

Bom dia,

Na sequência de uma solicitação dirigida a esta CCDR pela CM Sintra, que pretende fazer aprovar medidas preventivas para a totalidade do município, encaminhamos a proposta de medidas preventivas solicitando a vossa pronúncia até ao próximo dia 20/01/2016. A CM aditou um articulado, onde exclui das medidas preventivas os Planos Especiais em vigor no município.

Com os melhores cumprimentos,

Carlos Pina

Diretor de Serviços do Ordenamento do Território



Rua Alexandre Herculano, 37
1269-053 Lisboa

T: +351 213 837 100

F: +351 213 837 192

carlos.pina@ccdr-lvt.pt

<http://www.ccdr-lvt.pt/>



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

De: Ana Isabel Queiroz do Vale [<mailto:ana.vale@cm-sintra.pt>]

Enviada: domingo, 17 de Janeiro de 2016 11:04

Para: Joao Teixeira; Carlos Pina

Cc: Ana Isabel Queiroz do Vale; Tiago Mealha Costa Forjaz Trigueiros; Isabel Maria Pinto Santos

Assunto: Re: PDM Sintra

Importância: Alta

Ex.mo Senhor Presidente da CCDR-LVT,

Tendo em consideração a apreciação transmitida pela vossa comunicação eletrónica de 14/1 e a reunião havida nessa Comissão a 15/1, para concertação de posições quanto à apreciação efetuada por essa entidade às medidas preventivas propostas por esta Câmara no âmbito da revisão do PDM, remetemos em anexo o articulado revisto, conforme acordado na conferência de concertação, em concreto:

- Quanto à suspensão da vigência do PDM de Sintra, foram prestados os devidos esclarecimentos, tendo-se eliminado a anterior redação do n.º 2, por se considerar redundante, considerando o já disposto na alínea a) do artigo 2º, mantendo-se no entanto o n.º 1 do art. 3º.
- Foi retirada a alínea e) e f) do art. 4º com vista à clarificação da distinção entre as ações proibidas e das limitadas.
- Foi indicada, com expressa menção no preâmbulo, que não existiram medidas preventivas ou normas provisórias nos últimos quatro anos para qualquer área territorial do município.

No que se refere à necessidade de realização de conferência procedimental, prevista no art. 138º do RJIGT, é entendimento deste município que dada a natureza e âmbito material das medidas propostas, a mesma não se afigura necessária, porquanto os "eventuais interesses" a ponderar com a consulta ao ICNF e da APA encontram-se plenamente assegurados com a total manutenção da vigência dos Planos especiais tutelados por aquelas entidades, inexistindo assim, colisão de interesses entre as medidas preventivas propostas e os planos em plena eficácia.

É nossa opinião, em abono do princípio da economia processual, ser desnecessária tal diligência meramente facultativa, e mesmo contrária aos princípios da desburocratização e adequação.

Para total clareza foi aditado um novo n.º 2 ao art. 3º, para expressamente manter em plena eficácia os planos especiais em causa - POOC e POPNSC.

Por último relembramos que por ofício de 14.09.15 (em anexo) este município declarou que é sua intenção proceder à transposição no âmbito do atual processo de revisão do PDM em curso, pretendendo avaliar durante o ano de 2016, tendo em consideração o desenvolvimento dos trabalhos de revisão, a eventual necessidade de processo autónomo para esse fim. O que agora reiteramos.

Em face dos considerandos supra expostos, reiteramos assim a necessidade do vosso parecer até às 15h do próximo dia 21 (via eletrónica/digital), para conclusão do processo com remessa a deliberação do executivo municipal.

Com elevada estima e consideração, apresento os meus melhores cumprimentos, agradecendo antecipadamente toda a colaboração que essa Comissão tem prestado ao município de Sintra.

Ana Queiroz do Vale

Directora Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território

Câmara Municipal de Sintra

Reunião de

26 JAN. 2016

Docº Agendado com o
Nº 36

Câmara Municipal de Sintra

Praça D. Afonso Henriques - SINTRA

T: +351 219247038

F: +351 219247072

ana.vale@cm-sintra.pt



PDM _ Medidas
Preventivas...6 rev-2.pdf

A

Assunto: Revisão do Plano Diretor Municipal

Despacho:

J. P. Queiroz
2-Envio a CCAM/COM-8/01/16,
[assinatura]

De: Ana Queiroz do Vale

Para: Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta

Ex.mo Senhor Presidente,

Por deliberação da Assembleia Municipal de 25 de julho de 2012, foi iniciado o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra.

Os estudos setoriais e integrados de diagnóstico, já concluídos, possibilitou a análise sistemática com identificação, entre outras, de: (1) forças, como o património excecional, a existência de recursos naturais e a qualidade ambiental; (2) fraquezas, como a degradação da paisagem, ambiente e património; (3) ameaças, como riscos naturais e pressão urbanística.

Este processo tem sido acompanhado por uma Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, com envolvimento da sociedade civil e atores-chave dos diferentes setores, em sessões públicas, o que tem permitido enriquecer e contribuiu para a construção do modelo de desenvolvimento que preside ao aprofundamento dos trabalhos de revisão do PDM de Sintra.

Em 18 de junho de 2015, a Assembleia Municipal deliberou aprovar o Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sintra, doravante referido como MDT de Sintra, enunciando a visão para o concelho de Sintra: *“A obtenção de um território ordenado, harmonioso e diversificado que promova o desenvolvimento económico sustentável numa*
Reunião de

perspetiva integrada – população, economia e ambiente -, e a valorização dos espaços que o compõem reforçando a sua identidade e melhorando a qualidade de vida das populações".

Foram definidos os eixos estratégicos do PDM de Sintra: (1) *Preservação e valorização do Património e da Identidade*; (2) *Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas*; (3) *Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida*; (4) *Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva, para as quais se estabeleceram objetivos e medidas*.

O MDT de Sintra sintetiza políticas por unidades territoriais que partilham semelhanças e interdependências, identificando potencialidades específicas que deverão impulsionar um território mais competitivo e diversificado, e valorizou-se a existência da Estrutura Ecológica Municipal interligada com a Rede Ecológica Metropolitana, contribuindo para a valorização do território municipal e da região e seus ecossistemas.

Neste contexto e no atual grau de desenvolvimento dos trabalhos para finalização da proposta de revisão do PDM de Sintra, é necessário acautelar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam comprometer ou tornar mais onerosa a execução do plano, estando em risco a prossecução dos objetivos preconizados para os eixos estratégicos definidos no MDT de Sintra, visto que a edificação dispersa tem como efeito a maior pressão sobre recursos naturais, degradação da paisagem, e a exaustão de recursos públicos na dotação e manutenção de rede de infraestruturas e equipamentos.

Constitui o instituto jurídico das medidas preventivas, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território, o mais adequado à salvaguarda do processo de revisão do PDM de Sintra e à prossecução dos objetivos preconizados para os eixos estratégicos definidos no MDT de Sintra aprovado pela Assembleia Municipal.

A adoção de medidas preventivas tem como vantagens, desde logo, a salvaguarda de áreas necessárias proteger, quando se tratam de ecossistemas sensíveis, ou valorização de recursos naturais cuja contribuição para a economia assume especial relevância para o modelo de desenvolvimento concelhio.

Permitirá também a valorização do sistema urbano, precavendo a edificação dispersa e prosseguindo os princípios de contenção urbana, rentabilização de infraestruturas e equipamento coletivos, e ainda de compactação da malha urbana e qualificação do espaço público. Princípios insertos no MDT de Sintra e na Lei de Bases das Políticas Públicas de Solos, Ordenamento do Território e de Urbanismo, que importa prosseguir e assegurar.

O PDM de Sintra em revisão integra os princípios da política pública de ordenamento do território e de urbanismo, emanados pela lei de bases, e do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e seu desenvolvimento regulamentar, e os conceitos técnicos neste domínio fixados em diploma legal. Os trabalhos em desenvolvimento atendem ao solo urbano como o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado, dotados de infraestruturas

urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações.

Neste quadro, a adoção de medidas preventivas é determinante para alcançar o objetivo último de adequada classificação do solo, conforme enunciado no quadro legal referido, visando a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais.

Importa assim, proibir ou limitar determinadas operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, sempre na ponderação do princípio da proporcionalidade, que prejudiquem a prossecução do MDT de Sintra, aprovado pela Assembleia Municipal, e a sua consagração no futuro PDM de Sintra.

Ex.mo Senhor Presidente,

Considerando que importa assegurar o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, cujos trabalhos estão em fase adiantada, prevendo-se a sua remessa às entidades públicas com competência para emitir parecer no próximo mês de Março, proponho a Vossa Excelência a adoção de medidas preventivas, nos termos legais, submetendo a parecer prévio da CCDDR-LVT o documento anexo.

No entanto, à Superior Consideração de Vossa Excelência,

Sintra, 7 de Janeiro de 2016



Ana Queiroz do Vale

Directora Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território

Reunião de

26 JAN. 2016

Doc.º Agendado com o
Nº 36

MEDIDAS PREVENTIVAS PARA O CONCELHO DE SINTRA
NO ÂMBITO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A

Preâmbulo

Por deliberação da Assembleia Municipal de 25 de julho de 2012, foi iniciado o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra.

Os estudos setoriais e integrados de diagnóstico, já concluídos, possibilitou a análise sistemática com identificação, entre outras, de: (1) forças, como o património excecional, a existência de recursos naturais e a qualidade ambiental; (2) fraquezas, como a degradação da paisagem, ambiente e património; (3) ameaças, como riscos naturais e pressão urbanística.

Este processo tem sido acompanhado por uma Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, com envolvimento da sociedade civil e atores-chave dos diferentes setores, em sessões públicas, o que tem permitido enriquecer e contribuiu para a construção do modelo de desenvolvimento que preside ao aprofundamento dos trabalhos de revisão do PDM de Sintra.

Em 18 de junho de 2015, a Assembleia Municipal deliberou aprovar o Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sintra, doravante referido como MDT de Sintra, enunciando a visão para o concelho de Sintra: *"A obtenção de um território ordenado, harmonioso e diversificado que promova o desenvolvimento económico sustentável numa perspetiva integrada – população, economia e ambiente –, e a valorização dos espaços que o compõem reforçando a sua identidade e melhorando a qualidade de vida das populações"*.


Foram definidos os eixos estratégicos do PDM de Sintra: (1) *Preservação e valorização do Património e da Identidade*; (2) *Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas*; (3) *Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida*; (4) *Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva, para as quais se estabeleceram objetivos e medidas*.

O MDT de Sintra sintetiza políticas por unidades territoriais que partilham semelhanças e interdependências, identificando potencialidades específicas que deverão impulsionar um território mais competitivo e diversificado, e valorizou-se a existência da Estrutura Ecológica Municipal interligada com a Rede Ecológica Metropolitana, contribuindo para a valorização do território municipal e da região e seus ecossistemas.

Neste contexto e no atual grau de desenvolvimento dos trabalhos para finalização da proposta de revisão do PDM de Sintra, é necessário acautelar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam comprometer ou tornar mais onerosa a execução do

Reunião de
26 JAN. 2016

Doc.º Agendado em 9
No 36



plano, estando em risco a prossecução dos objetivos preconizados para os eixos estratégicos definidos no MDT de Sintra, visto que a edificação dispersa tem como efeito a maior pressão sobre recursos naturais, degradação da paisagem, e a exaustão de recursos públicos na dotação e manutenção de rede de infraestruturas e equipamentos.

Constitui o instituto jurídico das medidas preventivas, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território, o mais adequado à salvaguarda do processo de revisão do PDM de Sintra e à prossecução dos objetivos preconizados para os eixos estratégicos definidos no MDT de Sintra aprovado pela Assembleia Municipal.

A adoção de medidas preventivas tem como vantagens, desde logo, a salvaguarda de áreas necessárias proteger, quando se tratam de ecossistemas sensíveis, ou valorização de recursos naturais cuja contribuição para a economia assume especial relevância para o modelo de desenvolvimento concelhio.

Permitirá também a valorização do sistema urbano, precavendo a edificação dispersa e prosseguindo os princípios de contenção urbana, rentabilização de infraestruturas e equipamento coletivos, e ainda de compactação da malha urbana e qualificação do espaço público. Princípios insertos no MDT de Sintra e na Lei de Bases das Políticas Públicas de Solos, Ordenamento do Território e de Urbanismo que importa prosseguir e assegurar.

O PDM de Sintra em revisão integra os princípios da política pública de ordenamento do território e de urbanismo, emanados pela lei de bases, e do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e seu desenvolvimento regulamentar, e os conceitos técnicos neste domínio fixados em diploma legal. Os trabalhos em desenvolvimento atendem ao solo urbano como o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado, dotados de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações.

Neste quadro, a adoção de medidas preventivas é determinante para alcançar o objetivo último de adequada classificação do solo, conforme enunciado no quadro legal referido, visando a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais.

Importa assim, proibir ou limitar determinadas operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, sempre na ponderação do princípio da proporcionalidade, que prejudiquem a prossecução do MDT de Sintra, aprovado pela Assembleia Municipal, e a sua consagração no futuro PDM de Sintra.

Assim, o Município de Sintra, por deliberação da Assembleia Municipal de determina o estabelecimento de medidas preventivas, nos termos e para os efeitos do estabelecido no artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), nos termos seguintes:

Artigo 1.º

Objetivos

As presentes medidas preventivas são estabelecidas no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra e visam evitar a alteração das circunstâncias e condições existentes que possam comprometer o processo de planeamento ou tornar mais onerosa a execução do Plano, nos termos e para os efeitos estabelecidos no artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Artigo 2.º

Âmbito territorial

As presentes medidas preventivas aplicam-se a toda a área geográfica do Município de Sintra, excetuando-se:

- a) A área dos seguintes planos territoriais de âmbito municipal:
 - i. Plano de Urbanização da Serra da Carregueira;
 - ii. Plano de Pormenor da Área Central do Cacém;
 - iii. Plano de Pormenor de Salvaguarda do Bairro Almeida Araújo;
- b) A área de intervenção de planos territoriais de âmbito municipal em elaboração, cujo processo de discussão pública, nos termos do RJIGT, já tenha decorrido à entrada em vigor das presentes medidas preventivas;
- c) As Áreas Urbanas de Génese Ilegal validamente delimitadas nos termos do correspondente regime jurídico;
- d) As áreas com alvará de loteamento validamente emitido à entrada em vigor das presentes medidas preventivas.

Artigo 3.º

Planos territoriais

1. Mantêm-se em vigor o Plano Diretor Municipal de Sintra e o Plano de Urbanização de Sintra, em tudo o que nas presentes medidas preventivas não é proibido ou limitado.
2. Mantêm-se integralmente em vigor, e fora do âmbito de aplicação das presentes medidas preventivas, nos termos do artigo anterior, os seguintes planos territoriais de âmbito municipal:
 - a) Plano de Urbanização da Serra da Carregueira;
 - b) Plano de Pormenor da Área Central do Cacém;
 - c) Plano de Pormenor de Salvaguarda do Bairro Almeida Araújo.

Reunião de

26 JAN. 2016

Doctº Agendado com nº
36



Artigo 4.º

Âmbito material

1. Na área geográfica objeto das presentes medidas preventivas são **proibidas** as seguintes ações:
 - a) Operações de loteamento de qualquer natureza, nos termos da alínea i) do artigo 2.º do regime jurídico da edificação e edificação (RJUE);
 - b) Obras de urbanização, nos termos da alínea h) do artigo 2.º do RJUE, e os trabalhos de remodelação de terrenos, nos termos da alínea m) do artigo 2.º do RJUE, em área não abrangida por operação de loteamento;
 - c) Operação urbanística que, de acordo com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Sintra em vigor (RMUECS), seja considerada como de impacte relevante ou semelhante a operação de loteamento, fora de perímetro urbano;
 - d) Trabalhos de remodelação de terrenos que impliquem a destruição do revestimento vegetal, a alteração do revestimento vegetal, a alteração do relevo natural e das camadas de solo arável ou o derrube de árvores de alto porte ou em maciço para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais ou mineiros, fora de perímetro urbano.
 - e) Novas edificações, nos termos da alínea b) do artigo 2.º do RJUE, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do presente artigo;
 - f) Obras de ampliação, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do RJUE, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do presente artigo.
2. Na área geográfica objeto das presentes medidas preventivas as novas edificações, nos termos da alínea b) do artigo 2.º do RJUE, são **limitadas** às seguintes condições, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis:
 - a) Em perímetro urbano, apenas são admitidas se cumprirem cumulativamente as seguintes condições:
 - i) Se localizem a menos de 25 metros de edificações existentes, construídas e licenciadas à data de entrada em vigor das presentes medidas preventivas;
 - ii) Sejam servidas de infraestruturas urbanas, nomeadamente arruamento pavimentado, redes de abastecimento de água e de escoamento de esgotos domésticos e fornecimento de energia elétrica;
 - b) Fora de perímetro urbano, apenas são admitidas se cumprirem cumulativamente as seguintes condições:
 - i) Se localizem a menos de 15 metros de edificações existentes, construídas e licenciadas à data de entrada em vigor das presentes medidas preventivas;
 - ii) Sejam servidas de infraestruturas urbanas, nomeadamente arruamento pavimentado, redes de abastecimento de água e de escoamento de esgotos domésticos e fornecimento de energia elétrica.
3. Na área geográfica objeto das presentes medidas preventivas as obras de ampliação, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do RJUE, são **limitadas** às seguintes condições, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis:

- a) Em perímetro urbano, apenas são admitidas se não excederem 50% da edificação existente, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis;
 - b) Fora de perímetro urbano, apenas são admitidas se não excederem 20% da edificação existente, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis.
4. Excetuam-se dos números anteriores:
- a) Todas as operações urbanísticas, ações e ou outras atividades de iniciativa municipal, e as relativas a infra-estruturas de serviços públicos, nomeadamente de telecomunicações e energia;
 - b) Todas as operações urbanísticas, ações ou outras atividades que, sendo da iniciativa pública ou privada, detenham comprovado interesse público devidamente reconhecido pela Câmara Municipal;
 - c) Obras de reconstrução, nos termos da alínea c) do artigo 2.º do RJUE;
 - d) Obras de alteração, nos termos da alínea d) do artigo 2.º do RJUE;
 - e) Obras de conservação, nos termos da alínea f) do artigo 2.º do RJUE;
 - f) Obras de demolição, nos termos da alínea g) do artigo 2.º do RJUE;
 - g) Obras de escassa relevância urbanística, nos termos da alínea l) do artigo 2.º e do artigo 6.º-A do RJUE e do RMUECS;
 - h) Operações urbanísticas, de qualquer natureza, em zona urbana consolidada, identificada nos termos da alínea o) do artigo 2.º do RJUE;
 - i) Operações urbanísticas isentas de controlo prévio, nos termos do artigo 6.º do RJUE e do RMUECS.
 - j) Operações urbanísticas resultantes do regime legal estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de Novembro, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis;
 - k) Operações urbanísticas de legalização de construções existentes, nos termos do artigo 102.º-A do RJUE, sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis.
5. Ficam excluídas do âmbito de aplicação das medidas preventivas as ações validamente autorizadas antes da sua entrada em vigor, bem como daquelas em relação às quais exista já informação prévia favorável válida, projeto de arquitectura ou de loteamento aprovados.

Artigo 5.º

Entrada em vigor e âmbito temporal

As medidas preventivas entram em vigor no dia seguinte da sua publicação no Diário da República e caducam com a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal de Sintra, tendo como limite máximo dois anos, prorrogável por mais um, conforme o disposto no art. 141.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Reunião de

26 JAN. 2016

Doctº Agendado com nº
Nº 36